

# Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil\*

## Tancredo Neves and the redemocratization of Brazil

Rodrigo Francisco Dias

Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU  
Professor da E. E. Messias Pedreiro (Uberlândia-MG)

[dias.rodrigof@gmail.com](mailto:dias.rodrigof@gmail.com)

Recebido em: 16/06/2015

Aprovado em: 04/08/2015

**RESUMO:** Este artigo procura avaliar o papel desempenhado pelo político Tancredo Neves no processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante os anos 1980. A nossa intenção é problematizar certa memória a respeito daquele processo que coloca Tancredo como o grande responsável pelo fim da Ditadura Militar no Brasil. Assim, trazemos para o centro de nossas reflexões a complexidade da transição política da Ditadura para o Estado democrático de direito, bem como o papel desempenhado pelo telejornalismo da época na construção de uma imagem positiva de Tancredo Neves.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tancredo Neves, Redemocratização brasileira, memória.

**ABSTRACT:** This paper tries to evaluate the role played by the political Tancredo Neves in the redemocratization process occurred in Brazil during the 1980s. Our intention is to discuss a certain memory about that process that puts Tancredo as largely responsible for the end of the Military Dictatorship in Brazil. Thus, we bring to the center of our reflections the complexity of the dictatorship political transition to the democratic state of law, and the role played by the telejournalism of that time in building a positive image of Tancredo Neves.

**KEYWORDS:** Tancredo Neves, Brazilian redemocratization, memory.

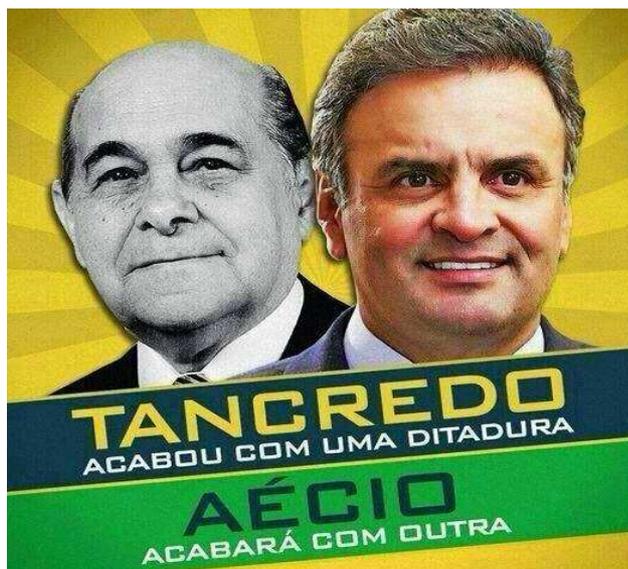
### Introdução

Nas últimas eleições presidenciais no Brasil, ocorridas em 2014, as redes sociais na internet serviram de espaço para que as pessoas manifestassem as suas posições políticas. Durante aquelas semanas, uma imagem chamou a atenção e foi bastante compartilhada por vários usuários. Nela, as imagens do político mineiro Tancredo de Almeida Neves e de seu neto, o também político e àquela época um dos candidatos à Presidência da República, Aécio Neves, estavam uma ao lado da outra. Abaixo das duas fotografias, lia-se: “Tancredo acabou com uma ditadura” e “Aécio acabará com outra”.

---

\* Este artigo é fruto das reflexões empreendidas nos capítulos 2 e 3 de nossa Dissertação de Mestrado. Cf. DIAS, Rodrigo Francisco. *Documentarista-Historiador: a “escritura fílmica da história” no filme “Céu Aberto” (1985), de João Batista de Andrade*. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

Era visível o esforço empreendido por parte dos eleitores de Aécio Neves em estabelecer um link direto entre o seu candidato e o avô famoso do mesmo. Mais do que isso, a figura de Tancredo Neves era lembrada como a do grande responsável pelo fim da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Se o rosto de Tancredo aparecia em preto e branco, a face de seu neto aparecia em uma imagem colorida. O presidenciável de 2014 representava, dessa maneira, a renovação dos valores associados à figura de seu avô.



**Figura 1** - Imagem veiculada nas redes sociais durante as eleições de 2014. À esquerda, em preto e branco, está Tancredo Neves. À direita, Aécio Neves. O texto reforça a ligação entre os dois. Captada em: [http://4.bp.blogspot.com/-HjOwuCDvvg/U83MoWEWJGI/AAAAAAAAAb1g/KVJMhzsBwZw/s1600/10478185\\_801016969930667\\_3527086339749970589\\_n.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-HjOwuCDvvg/U83MoWEWJGI/AAAAAAAAAb1g/KVJMhzsBwZw/s1600/10478185_801016969930667_3527086339749970589_n.jpg). Acesso em: 04 ago. 2015.

Mas, afinal, qual foi o papel desempenhado pelo político mineiro Tancredo Neves no processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante os anos 1980? É a esta pergunta que o presente artigo pretende responder. Não é nossa intenção elaborar uma resposta definitiva para ela, mas sim analisar criticamente a atuação de Tancredo naquela conjuntura política. Buscaremos nas próximas páginas problematizar certa memória a respeito daquele processo que coloca Tancredo como o grande responsável pelo fim da Ditadura Militar no Brasil. Assim, a complexidade da transição política da Ditadura para o Estado democrático de direito, da qual participaram vários sujeitos, será trazida para o centro de nossas reflexões. Ademais, daremos uma especial atenção ao papel desempenhado pelo telejornalismo da época na construção de uma imagem bastante positiva de Tancredo Neves. A nossa hipótese é a de que o telejornalismo do

período, ao cobrir a eleição, a doença e a morte de Tancredo em 1985, contribuiu para que o político mineiro ficasse na memória de muitas pessoas como o grande articulador da redemocratização.

Feitas essas breves considerações iniciais, passemos ao nosso estudo acerca da atuação de Tancredo Neves no processo que deu fim à Ditadura no Brasil. Em um primeiro momento, nos debruçaremos sobre os aspectos mais amplos da abertura política no Brasil iniciada em meados dos anos 1970, salientando o desgaste progressivo dos governos militares. Em seguida, abordaremos brevemente a trajetória política e de vida de Tancredo, e, depois, nos aprofundaremos um pouco mais no seu ideário político, destacando sobretudo a tradição da política de conciliação na qual ele estava inserido, bem como o discurso da “mineiridade”, por meio do qual Tancredo falava de Minas Gerais e de si mesmo. Ao final, vamos analisar como o telejornalismo contribuiu para a elaboração de uma imagem bastante positiva de Tancredo Neves. Esperamos com isso colaborar com as discussões historiográficas que se voltam para aquele período da história do Brasil.

### **A abertura política no Brasil a partir dos anos 1970**

A Ditadura instalada no Brasil com o Golpe 1964 não foi aceita passivamente por todos os brasileiros. Desde os momentos iniciais do regime, houve quem se opusesse ao governo dos militares. Institucionalmente, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro – servia de espaço para os opositores da Ditadura exporem o seu descontentamento com o *status quo* da sociedade brasileira daquele período. Artistas e intelectuais, por sua vez, tinham o campo das linguagens artísticas – música, cinema, teatro, literatura, artes plásticas, televisão – para se manifestarem contra o governo ditatorial, embora tivessem que lidar com a questão da censura. No que diz respeito aos opositores mais radicais da Ditadura, a luta armada foi uma alternativa encontrada para tentar derrubar o regime iniciado em 1964.<sup>1</sup> Os pesquisadores Maria Hermínia Tavares de

---

<sup>1</sup> A bibliografia sobre o Golpe de 1964 e a conjuntura histórica do Brasil após esse acontecimento é bastante ampla. Indicamos a seguir apenas algumas obras que podem ser úteis na compreensão do assunto: CARONE, Edgard. *O P.C.B.: (1964-1982)*. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 3; DREIFUSS, René. *1964 – A conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4; FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos Anos 60*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012; PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao*

Almeida e Luiz Weis, ao tratarem do período que vai de 1969 a meados de 1974, afirmam o seguinte:

Esses foram anos lacerantes da ditadura, com o fechamento temporário do Congresso, a segunda onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas universidades, a exacerbação da violência repressiva contra os grupos oposicionistas, armados ou desarmados. É, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga. É também, para a classe média, o tempo de melhorar de vida. O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado “milagre econômico” – que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, e concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social. A combinação de autoritarismo e crescimento econômico deixou a oposição de classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago [...] Para aqueles que não partiram “num rabo de foguete”, como diria a canção, rumo à fantasia suicida da insurreição armada, a realidade era uma sucessão de conflitos morais, impulsos, sentimentos e pensamentos contraditórios. De um lado, a rejeição da ordem ditatorial; o horror (e o pavor) da tortura; [...] o sufocamento duro e estúpido das artes e da cultura em um de seus momentos mais fecundos; [...] De outro lado, a proliferação de novas profissões e atividades bem remuneradas para quem tivesse um mínimo de formação. [...] De um lado, ter dinheiro para fazer turismo na Europa. De outro, ter medo de não receber o visto de saída.<sup>2</sup>

O cerceamento das liberdades individuais em um contexto ditatorial veio acompanhado por um processo de desenvolvimento econômico e dinamização da sociedade brasileira. Neste cenário, especialmente as camadas médias se viram em uma contraditória situação, pois se de um lado o regime representava a inexistência de democracia no país, com o governo espionando, torturando e censurando seus opositores, enquanto fazia propaganda de si mesmo,<sup>3</sup> por outro lado havia uma gama de possibilidades de ascensão social colocadas pelo estágio de desenvolvimento do país naquele momento.

Cabe destacar que o Brasil viveu entre as décadas de 1950 e 1970 um período marcado pelo desenvolvimento do capitalismo, uma fase de modernização. De fato, o país viu o surgimento de novos padrões de consumo, similares aos dos países desenvolvidos. Tivemos a industrialização em setores como o do aço e do petróleo (e derivados), a construção de usinas

---

*encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

<sup>2</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 332-333. v. 4.

<sup>3</sup> O historiador Carlos Fico chega a afirmar que tais práticas foram os “pilares básicos da repressão”, ver: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA; DELGADO. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura*, p. 167-205. v. 4.

hidrelétricas, a modernização nas indústrias de alumínio, cimento, vidro, papel, alimentos (agora industrializados, mais práticos às donas de casa), têxteis, confecções, bebidas, calçados, móveis, produtos farmacêuticos e cosméticos etc. Isso sem falar nos avanços de nossa indústria automobilística, de eletrodomésticos, navios, aviões, bem como no aparecimento em terras tupiniquins dos supermercados e dos *shopping centers*. Soma-se a isso a intensa urbanização do país, alavancada pelo processo de êxodo rural, com as pessoas mudando de lugar, de cidade, de profissão e até mesmo de classe social.<sup>4</sup>

O regime autoritário instaurado em 1964 deve ser analisado à luz desse quadro mais amplo de transformações pelas quais passava a sociedade brasileira. O autoritarismo do regime se deu em um contexto de modernização do país, no qual as contradições entre as oportunidades disponíveis e a falta de democracia se fizeram sentir. Neste sentido, a oposição ao regime veio não apenas por conta da violência praticada pelos militares, mas também por conta do fato de que a própria modernização do Brasil, motivo de otimismo para alguns, não significou a melhoria das condições de vida e trabalho para todos os brasileiros. Nessa perspectiva, o próprio “milagre econômico” deve ser problematizado, uma vez que não foi visto com olhares tão otimistas por todos. Luís Carlos Prestes, líder do PCB, publicou um texto em maio de 1972 no qual disse o seguinte:

O crescimento da produção industrial e do produto nacional bruto em um ritmo médio anual de 9% é aproveitado pela ditadura para fins propagandísticos. Ela apresenta-o como favorável a toda a nação e como um grande mérito da chamada “revolução de 64”. Mas para o povo é cada dia mais evidente que esse crescimento se realiza em benefício de uma pequena minoria, principalmente dos monopólios estrangeiros e de seus sócios locais. É um crescimento que se baseia em uma exploração cada vez maior da classe operária e das massas trabalhadoras em geral e que conduz a uma concentração do capital e da produção, ao aumento do desemprego e ao empobrecimento da maioria da população. Ao mesmo tempo acelera o processo de desnacionalização da economia brasileira. O “milagre brasileiro”, tão exaltado pela propaganda oficial, significa para a classe operária redução do salário real. De 1959 a 1968 o número de membros da família de um trabalhador de São Paulo aumentou em média 19%, enquanto que o salário real do cabeça da família diminuiu em quase 49%. Para salvar a situação, as mulheres e os adolescente [sic] têm de se dedicar a trabalhar.<sup>5</sup>

De acordo com essa análise, portanto, eram os trabalhadores que pagavam a conta do “milagre econômico” brasileiro, quando de fato a política de arrocho salarial praticada pelos

---

<sup>4</sup> Cf. MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS; SCHWARCZ. *História da Vida Privada no Brasil*, p. 560-586. v. 4.

<sup>5</sup> PRESTES, Luís Carlos. A luta revolucionária dos comunistas brasileiros (maio de 1972). In: CARONE, Edgard. *O P.C.B.: (1964-1982)*. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 128. v. 3.

governos militares foi um dos responsáveis pelo notável crescimento econômico do país, crescimento esse que foi acompanhado do aumento da desigualdade de renda entre ricos e pobres. A incapacidade do regime de incorporar setores mais amplos da sociedade brasileira às benesses do desenvolvimento capitalista e o autoritarismo sob o qual se dava o governo do país, fizeram cada vez mais aumentar o desgaste da ditadura diante da sociedade brasileira. A partir de meados dos anos 1970, a oposição ao regime só fez aumentar, sendo emblemática à época o expressivo desempenho do MDB, partido da oposição, nas eleições de 1974. O tempo dos militares no poder caminhava para o seu fim.

Naquele momento, a América Latina vivenciava as redemocratizações em diversos países, em processos acompanhados pela luta em prol dos direitos humanos por parte do governo norte-americano de Jimmy Carter. No Brasil, a abertura se deu de maneira “lenta, gradual e segura”, como rezava a proposta do “*Projeto Geisel-Golbery*”, e foi marcada pela atuação da oposição e pelas fragmentações no meio militar dentro de uma conjuntura de esgotamento do modelo econômico que possibilitara o “milagre”.<sup>6</sup>

No meio militar houve o embate entre as chamadas linhas *castelista* e *dura*, que muitas vezes determinou a postura assumida pelo regime, entre a busca pela abertura política, ainda que monitorada, e o aumento da repressão política (contra as mais variadas formas de oposição, fossem armadas ou não). Foi no bojo dessa discussão que surgiu o projeto de “*distensão lenta, gradual e segura*”,<sup>7</sup> de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (com a participação de outros militares, como Orlando Geisel e João Figueiredo). Nas palavras do próprio Ernesto Geisel,

[...] essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela [a abertura] tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse ao regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva.<sup>8</sup>

O general presidente, portanto, justificou a sua proposta de distensão com a necessidade de evitar tanto uma reação violenta por parte da *linha dura* quanto os “perigos” representados por aquela oposição mais radical ao regime. Como bem salientou o historiador Francisco Carlos

---

<sup>6</sup> Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA; DELGADO. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura*, p. 245-254. v. 4.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 262.

<sup>8</sup> GEISEL, Ernesto apud COSTA COUTO, Ronaldo. *Memória viva do regime militar, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 209.

Teixeira da Silva, tal projeto procurava “evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964”, bem como “proceder-se em um tempo longo”.<sup>9</sup> Como se vê, tal proposta de abertura procurava manter as rédeas do processo nas mãos dos militares.

Do seu lado, membros da oposição procuraram se valer do espaço político, que, a despeito das limitações, era um local onde a ação contrária à ditadura era possível. Os opositores se articularam em torno do MDB, em “um projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia”.<sup>10</sup> Importante personagem foi Ulysses Guimarães, líder do MDB que enfrentou dura e firmemente o regime, até mesmo fazendo críticas públicas a Geisel. Todavia, com o passar do tempo, o diálogo com Ulysses acabou se mostrando difícil, o que fez membros do regime voltarem-se para o político mineiro Tancredo Neves, que por seu caráter mais moderado, acabou representando uma possibilidade de negociação entre situação e oposição.

Posto isso, o país acabou vivendo uma “*transição acordada ou pactuada*”<sup>11</sup> do regime militar para o Estado democrático de direito. Thomas Skidmore assim descreveu tal processo:

No final, a liberalização foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição. Os militares que eram a favor da abertura precisavam agir cautelosamente, por medo de provocar os “linha-dura”. Suas aberturas para a oposição estavam planejadas para tirar de campo os elementos “responsáveis”, demonstrando desse modo que havia moderados prontos para cooperar com o governo. Ao mesmo tempo, a oposição pressionava constantemente o governo para acabar com seus excessos arbitrários, e desse modo lembrar os militares de que seu papel não tinha legitimidade. Enquanto isso, os moderados da oposição tinham que recordar aos radicais que eles estariam nas mãos dos “linha-dura” caso se excedessem. Esse relacionamento político intrincado funcionou com sucesso por haver um consenso entre ambos, militares e civis, a favor de um retorno a um sistema político (quase) aberto. O que esse sistema poderia produzir para o brasileiro comum era, naturalmente, outra questão.<sup>12</sup>

Com base nessa análise de Skidmore, temos que houve um consenso entre alguns setores militares e membros da oposição moderada. Nesse sentido, houve a negociação de interesses divergentes em prol de um objetivo comum, que naquele contexto era o retorno do país à democracia. A análise de Skidmore permite-nos perceber que tais negociações não levaram em conta as demandas do “brasileiro comum”, mas foram, isto sim, uma articulação política feita “por cima”. Como bem disse Maria do Carmo Campello de Souza: “O acordo brasileiro

<sup>9</sup> SILVA. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 262.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 261.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 263.

<sup>12</sup> SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 71.

obedeceu à lógica de um pacto entre elites regionais, sustentado por frações militares, e não de um pacto estabelecido entre porta-vozes de instituições partidárias responsáveis perante suas bases e eleitores”.<sup>13</sup> Ora, nestes acordos feitos entre os participantes da política institucionalizada, os anseios das camadas mais amplas da sociedade não foram levados em conta.

De fato, quando se toma, por exemplo, o movimento das *Diretas Já!* a partir das considerações de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, tem-se que

Quase todos os que saíram às ruas bradavam por muito mais que eleições diretas para presidente: desejavam um outro modelo econômico e social, que supunha um Estado verdadeiramente democratizado. O fracasso das Diretas Já, seguido da continuação da abertura lenta, gradual e segura, garantiu a manutenção da rota e, ao mesmo tempo, criou a ilusão de que os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar. A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo.<sup>14</sup>

A transição<sup>15</sup> “pactuada” da ditadura para a democracia se deu em um momento do país no qual os problemas econômicos e sociais cresciam em ritmo acelerado. Não nos esqueçamos, a década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”,<sup>16</sup> com o país em meio a uma grave crise econômica, a grande dívida externa, a inflação, o desemprego e a violência crescente nas cidades. Em tal cenário, os setores mais amplos da sociedade brasileira, as camadas populares, que sempre são os que mais sofrem com tais crises, desejavam não apenas a volta das liberdades individuais, mas um governo que pusesse fim a tantas dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Contudo, a redemocratização que deu fim à Ditadura Militar não mudou o modelo econômico e social brasileiro, historicamente baseado na desigualdade e na concentração de renda. Ainda de acordo com João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, nos anos que se seguiram à transição houve “um prolongamento do Estado nascido da ‘Revolução de 64’,

---

<sup>13</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmoques. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*, p. 568-569.

<sup>14</sup> MELLO; NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 651.

<sup>15</sup> Para um aprofundamento dos debates em torno da “transição” da Ditadura para o Estado democrático de direito, ver: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré, 1990; VIANNA, Luiz Jorge Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

<sup>16</sup> É preciso dizer que o termo “década perdida” refere-se sobretudo aos problemas econômicos vividos pelos brasileiros no decênio de 1980. Mais recentemente, a historiografia tem procurado jogar luz sobre esse período da história brasileira, salientando a importância daquela época para a vida política nacional. Um bom exemplo de um estudo sobre os anos 1980 que procura ir além da imagem de “década perdida” é a obra de Gelsom Rozentino de Almeida, na qual o autor avalia a importância dos anos 1980 para a consolidação do regime democrático no Brasil. Segundo Almeida, naquela década houve um notável protagonismo da sociedade civil, tanto por meio do movimento sindical quanto por meio dos movimentos sociais, isso sem falar na atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ver: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida – PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

essencialmente plutocrático, primeiro autoritário, depois liberal, porém sempre plutocrático”.<sup>17</sup> Dessa maneira, podemos pensar o recente processo histórico brasileiro como algo marcado por permanências e rupturas, no qual tanto os anos de chumbo quanto os anos de democracia foram (e têm sido) marcados pela concentração do poder político e do poder econômico nas mãos de uma minoria.

Nos últimos anos da Ditadura, as dificuldades econômicas e o longo período sem democracia só faziam a insatisfação da população aumentar. Em 1980, foram aprovadas as eleições diretas para governador. Os membros do regime acreditavam que a multiplicação dos partidos políticos pulverizaria a oposição e facilitaria a vitória do PDS – partido da Ditadura que se originou a partir da antiga Arena –, garantindo o controle da situação ao governo. Eleições para os governos estaduais foram marcadas para 1982 e, no intuito de conter a oposição, o governo proibiu as coligações partidárias. Também houve a criação do voto vinculado, por meio do qual o eleitor tinha que votar em um mesmo partido em todos os níveis representativos, executivo e legislativo, municipal e estadual.

Em meio a este cenário, o PP – Partido Popular –, que tinha em seus quadros o político Tancredo Neves, fundiu-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro –, depois que ambos viram as suas possibilidades eleitorais diminuir com as mudanças impostas pelo governo. O PDS conseguiu a maioria no Congresso Nacional, enquanto o PMDB obteve vitórias expressivas nas eleições para governador em estados importantes, tais como São Paulo (Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo Neves) e Paraná (José Richa). Leonel Brizola, antigo adversário da Ditadura, foi eleito no Rio de Janeiro pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista. Todavia, a maioria dos estados ficou com o PDS, inclusive em locais onde a oposição era forte, como Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Foi após as eleições de 1982 que a oposição entendeu que a Ditadura só acabaria quando fossem realizadas eleições diretas para presidente. Em março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou à Câmara uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República já na sucessão do general Figueiredo. O senador Teotônio Vilela (PMDB) propôs uma campanha nacional pelo voto direto para presidente. A campanha foi vista como uma prioridade pelo PT – o Partido dos Trabalhadores – e, com o apoio do PMDB, realizou-se um comício em Goiânia. Ainda em 1983, um comício pelas eleições diretas foi realizado em São Paulo, reunindo uma frente suprapartidária (PT, PMDB, PDT) e

---

<sup>17</sup> MELLO; NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 651.

organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dez mil pessoas compareceram ao evento. Em pouco tempo, a campanha das *Diretas Já* espalhou-se por todo o território nacional, mobilizando amplos setores da sociedade brasileira, sobretudo após o engajamento total do PMDB. Grandes comícios a favor das eleições diretas foram realizados em várias cidades, reunindo milhares de pessoas, além de artistas, intelectuais e políticos de diversas alas de centro e de esquerda. Todavia, apesar da pressão popular, a emenda de Dante de Oliveira foi rejeitada no Congresso Nacional, em abril de 1984.

O país teria mais uma eleição indireta para a Presidência da República. O PDS tinha três opções de candidatos: Aureliano Chaves (vice-presidente à época e um civil ligado aos moderados), o coronel Mário Andreazza (ministro do Interior à época e indicado pelos militares) e Paulo Maluf (ex-governador de São Paulo e uma figura política nascida na Ditadura, com um projeto próprio de poder). O governo acabou indicando o nome de Paulo Maluf (PDS) para disputar a sucessão do general Figueiredo. A decisão irritou os militares e descontentou os moderados, provocando uma cisão no seio do PDS. Alguns parlamentares ligados ao PDS – partido que garantiu a rejeição da emenda Dante de Oliveira – abandonaram o partido e formaram a Frente Liberal, que mais tarde originaria o Partido da Frente Liberal (PFL). Aproveitando-se do enfraquecimento do PDS e do projeto militar, o PMDB aliou-se à Frente Liberal, em meados de 1984, formando um bloco chamado Aliança Democrática, que lançou a candidatura do moderado Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, à Presidência. O vice da chapa de Tancredo era o ex-presidente do PDS e então governador do Maranhão, José Sarney.

O programa de Tancredo Neves contemplava a convocação de uma Assembleia Constituinte, os problemas sociais, as eleições diretas, a dívida externa, o emprego, a Previdência Social, a liberdade sindical e o Estado de Direito. Ulysses Guimarães coordenou a campanha de Tancredo, intitulada “Muda Brasil: Tancredo Já!”, que recebeu o apoio popular mesmo as eleições sendo indiretas. A candidatura de Tancredo representava para muitos a consolidação da redemocratização. As eleições ocorreram em janeiro de 1985, e deram a vitória a Tancredo Neves, que obteve 480 votos no Colégio Eleitoral contra os 180 de Maluf. Apesar de não fazer parte da Aliança Democrática, o PDT votou em Tancredo. Por sua vez, o PT se recusou a participar do pleito indireto.

Tancredo cunhou o termo “Nova República” para designar o seu período de governo. A posse do primeiro civil eleito para o cargo de Presidente da República em mais de 20 anos foi marcada para o dia 15 de março de 1985. Tancredo receberia um país com altíssima inflação e

uma dívida externa de 150 bilhões de dólares. Contudo, Tancredo adoeceu gravemente no dia anterior à posse, sendo internado no Hospital de Base de Brasília e, depois, transferido para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, onde passou por uma série de cirurgias. Durante semanas, a população brasileira acompanhou o estado de saúde de Tancredo por meio dos boletins médicos que alimentavam um falso otimismo. Tancredo acabou falecendo no dia 21 de abril de 1985. O seu cortejo saiu de São Paulo e passou por Brasília e Belo Horizonte, antes de finalmente chegar a São João del-Rei, onde o corpo foi enterrado, em um trajeto que foi acompanhado por multidões.

José Sarney, vice-presidente eleito junto com Tancredo e ex-parlamentar da Arena que integrava a Frente Liberal, acabou ocupando a Presidência da República. A Ditadura Militar Brasileira chegava ao seu fim com um político historicamente associado ao partido da Ditadura ocupando o cargo máximo do poder Executivo. Nada melhor do que isso poderia representar tão bem a “transição pactuada” da Ditadura para o Estado democrático de direito no Brasil da década de 1980.

### **A trajetória de Tancredo Neves<sup>18</sup>**

Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João del-Rei (Minas Gerais) no dia 4 de março de 1910 e, desde cedo, foi introduzido à política, notadamente pela influência do pai, Francisco de Paulo Neves. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (FDUMG), Tancredo participou ativamente da política de São João del-Rei durante os anos 1930, atuando como vereador na cidade e, posteriormente, com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas, dedicando-se à advocacia. A partir de 1945 a sua atuação tornou-se mais intensa, uma vez que filiou-se ao PSD (Partido Social Democrático) e se elegeu deputado estadual, atuando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais como relator geral da Constituinte Mineira.

Em 1950, candidatou-se a deputado federal, conseguindo se eleger. Na condição de deputado federal, foi membro da Comissão de Transportes e de Obras Públicas e da Comissão de Justiça. Em 1953, licenciou-se da Câmara para se tornar ministro da Justiça do governo Vargas, acompanhando de perto a grave crise política ocorrida no final do governo de Getúlio.

---

<sup>18</sup> As informações sobre a vida do político Tancredo Neves foram extraídas do verbete *Tancredo Neves*, disponível no acervo eletrônico do CPDOC. Ver: RAMOS, Plínio de Abreu; CAMPOS, Patrícia. Tancredo Neves [Verbetes]. CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

Com o suicídio do Presidente, Tancredo reassumiu a sua cadeira na Câmara dos Deputados. Quando o seu mandato chegou ao fim, assumiu o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e atuou como conselheiro político do presidente Juscelino Kubitschek. Posteriormente, se tornou diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e assumiu a presidência da mesma instituição.

Ao fim dos anos 1950, exerceu o cargo de secretário de Finanças do Governo de Minas Gerais e candidatou-se, em 1960, ao governo de Minas, mas perdeu a eleição. No início dos anos 1960, participou ativamente das negociações políticas em andamento no país quando da renúncia de Jânio Quadros, exercendo, inclusive, o cargo de primeiro-ministro durante a curta experiência parlamentarista. Tancredo acabaria deixando o cargo em 1962, elegendo-se deputado federal. Com o Golpe de 1964, o político passou a atuar na Câmara dos Deputados na condição de membro da oposição ao governo, filiando-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no sistema do bipartidarismo.

Durante os anos da Ditadura, teve uma destacada atuação política dentro do Congresso Nacional. Foi presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, em 1971, eleito terceiro vice-presidente nacional do MDB, em 1975, e eleito Senador da República por Minas Gerais, em 1978. Durante o mandato no Senado, fundou o PP (Partido Popular) e articulou a fusão do referido partido com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em 1982, mesmo ano em que se elegeu Governador de Minas Gerais.

Já no mandato como governador de Minas, participou da campanha das *Diretas Já!*, candidatando-se posteriormente à Presidência da República pela Aliança Democrática. Tancredo Neves se elegeu presidente nas eleições indiretas de 15 de janeiro de 1985, vencendo Paulo Salim Maluf no Colégio Eleitoral. Todavia, acabou não exercendo o mandato de presidente, uma vez que foi hospitalizado na véspera da posse, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985, depois de passar pela agonia de ser operado diversas vezes. Sua agonia foi acompanhada pelo povo brasileiro através de uma intensa cobertura por parte da mídia. Sua morte gerou uma grande comoção em várias partes do país.

### **O ideário político de Tancredo: conciliação e “mineiridade”**

A trajetória de Tancredo Neves foi de fato marcada por sua atuação e presença em momentos considerados importantes da história do Brasil. Formado politicamente no estado de

Minas Gerais, Tancredo tinha um ideário político no qual eram muito importantes a ideia da conciliação e o discurso da “mineiridade”. Segundo Tancredo,

O horror de Minas ao radicalismo é histórico. [...] Ser mineiro não é ser radical, e ser radical não é ser mineiro. Mas a natureza conciliadora dos mineiros tem, ao meu ver, fatores de natureza sociológica, fatores psíquicos e fatores históricos. A condição de Estado central, e o isolamento em que Minas viveu durante séculos, levam o mineiro a maior reflexão, maior ponderação, maior peso na suas decisões. Todo cidadão que realmente busca uma posição de segurança, ele é inclinado, naturalmente, a evitar o conflito, a evitar a competição e busca sempre as soluções que evitem o atrito, que evitem o choque. Foi esse o comportamento tradicional dos mineiros em razão mesmo da sua situação de Estado central. Há razões de natureza histórica porque a posição de Minas, de centro de gravidade da política brasileira, sempre obrigou os mineiros a conviverem com todos os seus vizinhos. Minas é o Estado que possui o maior número de limites com os demais Estados da Federação. [...] E fatores psíquicos, que o fato do mineiro ter vivido isolado obriga o mineiro a uma introspecção muito profunda. Todo mineiro é um meditativo, todo mineiro é um homem voltado para a sua interiorização ou o aprofundamento de suas forças internas, suas forças interiores.<sup>19</sup>

Ao explicar o caráter conciliador dos mineiros a partir de fatores sociológicos, psíquicos e históricos, o próprio Tancredo Neves estabeleceu como sendo uma característica do povo mineiro a capacidade de lidar com várias correntes políticas e ideológicas, convivendo com elas e estabelecendo a conciliação entre elas. Sendo mineiro, portanto, Tancredo Neves se via como um conciliador.

Essa forma de Tancredo Neves de pensar o estado de Minas Gerais, bem como a si mesmo, faz certamente parte de toda uma tradição de se pensar a política mineira e o papel desempenhado pelo estado na política nacional. Bernardo Mata-Machado aponta para tal tradição quando afirma que

A influência de Minas Gerais na Federação foi atribuída, muitas vezes, à posição central que o Estado ocupa no conjunto do País. A centralidade foi definida sob os aspectos geográfico, econômico, étnico, cultural e também psicológico, de onde alguns autores deduziram que a função política de Minas seria de equilíbrio e moderação. [...] existe na elite política de Minas Gerais uma tradição de equilíbrio, conciliação e centrismo. As trajetórias de alguns políticos, frequentemente citados, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Otoni, Marques do Paraná, Cesário Alvim, João Pinheiro, Artur Bernardes, Antônio Carlos, Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Israel Pinheiro, Aureliano Chaves e Tancredo Neves, revelam essa tradição, o “senso grave da ordem”, equilibrado com a ideia de liberdade.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> NEVES, Tancredo apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985, p. 103-104.

<sup>20</sup> MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 91-95, jan./abr. 1987. Disponível em:

A partir disso, Mata-Machado analisa a atuação das elites políticas mineiras ao longo da história da República, destacando não só a ideia de “mineiridade”, usada com a finalidade de construir uma identidade entre elite e povo em Minas Gerais, mas também a coesão dessas elites em momentos de transição, geralmente se antecipando às demandas dos movimentos populares, contudo, promovendo “mudanças políticas ‘por cima’”<sup>21</sup> para garantir os seus próprios interesses como elite.

A socióloga Maria Arminda do Nascimento Arruda tratou dessa tradição de se pensar a política mineira e as características dos mineiros no livro *Mitologia da Mineiridade*. Nele, a autora faz uma ampla análise dos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX, de discursos políticos, ensaios e obras literárias, destacando como ao longo do tempo foi elaborada uma identidade dos mineiros. Nas palavras de Arruda,

Gestou-se em Minas Gerais uma cultura política própria que ganha relevo nos momentos de transição no Brasil, visível no chamado fenômeno da conciliação. [...] Nessas ocasiões surge muitas vezes o reconhecimento de que a subcultura de Minas, frequentemente denominada “mineiridade”, conteria os princípios do “entendimento nacional”. Reconhecem-se nos mineiros qualidades essenciais de bom senso, de moderação e equilíbrio, virtudes estas consideradas essenciais à urdidura do acordo. Há poucos anos a imprensa brasileira dedicou espaço considerável a esses atributos, personificados na figura de Tancredo Neves, tido como peça fundamental e insubstituível no processo de mudança do regime. Não foi casual que a sua morte tenha criado tamanho temor, tamanha incerteza e tamanho impasse. Se deixarmos de lado o problema da excessiva personalização, traço fundamental da cultura política brasileira e sintoma de instituições frágeis, cabe perguntar-se sobre a necessidade de apelar ao “caráter regional”, ao “espírito particular dos mineiros”, tidos e havidos como a própria manifestação da temperança.<sup>22</sup>

A mineiridade é, portanto, uma forma de regionalismo que atribui aos mineiros algumas características, bem como ao estado de Minas Gerais um papel importante na integração nacional. Nessa “mitologia” os mineiros possuem uma notável “sensibilidade política” que remonta aos tempos da Inconfidência Mineira, bem como apresentam, de maneira ambígua, traços libertários, românticos, incontidos, mas também conciliatórios e realistas, sendo, portanto, bons políticos.<sup>23</sup> Mais que isso, como nos exemplos trazidos por Arruda em seu livro, os mineiros

---

<<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=52&layout=abstract>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação*, p. 108.

<sup>22</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 14-15.

<sup>23</sup> Cf. \_\_\_\_\_. *Mitologia da Mineiridade*, p. 63.

são constantemente representados como democráticos e amantes da cultura e da liberdade (é recorrente nesse último ponto, aliás, a memória da Inconfidência Mineira).<sup>24</sup>

As trajetórias de alguns políticos mineiros estão inseridas nessa mitologia da mineiridade. A esse respeito, Maria Arminda do Nascimento Arruda afirma:

Os políticos de Minas Gerais apresentam-se como artífices primorosos dos momentos de conciliação da sociedade brasileira. A conciliação política – de larga tradição no pensamento brasileiro – apareceu no império, ligada à figura do mineiro Honório Hermeto, Marquês de Paraná. A conciliação, além disso, ressurgiu sempre conectada à questão da unidade nacional, quando os problemas políticos se tornam significativamente mais espinhosos. Não casualmente, Honório Hermeto passou para a história do Império como a figura central da arte conciliatória, entre liberais e conservadores. [...] A conciliação afigura-se pois como etapa transicional, concebida para absorver as dissensões e imprescindível à tessitura de um futuro promissor. Produto da habilidade política pessoal, a conciliação passa a resultar das qualidades inerentes a alguns homens. Nessas ocasiões, ocorre comumente uma excessiva personalização de políticos tidos como fundamentais à urdidura do novo pacto. Desse ponto de vista, as atitudes conciliatórias surgem envoltas no véu do conservadorismo, uma vez que a necessidade de se atribuírem todos os méritos a certas personalidades descobre a fragilidade das instituições políticas.<sup>25</sup>

Os políticos mineiros conciliadores se colocam, dessa forma, como importantes agentes do processo histórico brasileiro. Exemplo disso poder ser visto quando da eleição de Tancredo Neves como presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1985. No seu discurso, Tancredo disse: “Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras”<sup>26</sup>. Na análise de Maria Arminda do Nascimento Arruda, esse discurso, “em seus trechos mais fortes, evoca a unidade nacional enquanto sub-produto da conciliação mineira”, tendo um “tom salvacionista” inserido no “jogo da personalidade redentora ajustada ao talento de quem maneja, com maestria, a habilidade política”.<sup>27</sup>

Mostrando-se favorável à política de conciliação, Tancredo defendia que os problemas econômicos e sociais do país deveriam ser resolvidos no campo da política, e não através de radicalismos nas ruas: “Confio muito mais nesse reformismo moderado, nesse reformismo tranquilo e consciente, que pode levar tempo para alcançar as conquistas mas, em as alcançando,

---

<sup>24</sup> Cf. ARRUDA. *Mitologia da Mineiridade*, p. 72-90.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *Mitologia da Mineiridade*, p. 223-224.

<sup>26</sup> NEVES, Tancredo *apud* DELGADO; SILVA. *Tancredo Neves*, p. 292.

<sup>27</sup> ARRUDA. *Mitologia da Mineiridade*, p. 225.

são conquistas sedimentadas, estáveis, definitivas”, disse certa vez.<sup>28</sup> Segundo José Maurício de Carvalho, no que dizia respeito à questão dos problemas sociais do Brasil, o pensamento “conciliador” de Tancredo teceu

[...] uma síntese entre certos fundamentos humanísticos retirados da tradição católica e as ideias liberais. Assim é que ele fundamentou a vida social num modelo de justiça gestado na filosofia social católica, enxergando tanto na proposta liberal agnóstica como nas teses socialistas, rotas equivocadas porquanto atingiam a dignidade do homem.<sup>29</sup>

Assim, podemos dizer que o referido político tinha consciência dos problemas sociais do país, contudo, como a sua proposta de solucioná-los estava ligada a uma “síntese entre certos fundamentos humanísticos retirados da tradição católica e as ideias liberais”, temos que a postura do político mineiro se orientava no sentido de evitar caminhos “radicais”, tendo assim, portanto, traços moderados e conservadores, que na mitologia da mineiridade são comuns aos mineiros. Se Tancredo Neves defendia a necessidade de solucionar a desigualdade social no Brasil, com melhorias na condição de vida da população, o caminho sugerido por ele deveria ser um que não rompesse com os alicerces da sociedade capitalista.

A observação das características do ideário político de Tancredo Neves nos permite compreender a sua participação na “transição pactuada” feita “por cima” que marcou o fim da Ditadura Militar no Brasil. A “conciliação” realizada em meados dos anos 1980 ia ao encontro do ideário moderado e conservador de Tancredo, dando continuidade a uma verdadeira tradição na cultura política brasileira. Em *Conciliação e Reforma no Brasil*, José Honório Rodrigues se debruçou sobre a “política de conciliação” que se fez presente em vários momentos da história brasileira. De fato, a redemocratização que encerrou o período da Ditadura Militar não foi o primeiro e único momento da história do Brasil no qual apareceu a questão da conciliação.

Segundo José Honório Rodrigues, “História cruenta e incruenta se alternam no processo histórico brasileiro, embora seja correto e justo afirmar que os exemplos de conciliação predominam”.<sup>30</sup> Em outras palavras, para Rodrigues, apesar de conflitos violentos serem verificáveis ao longo de nossa história, o processo histórico brasileiro foi marcado por uma tendência a soluções “pacíficas”. Contudo, o autor esclareceu que “[...] a conciliação, que domina essencialmente toda a política brasileira no século XIX, não a pessoal-partidária, que sofre zigue-zagues

---

<sup>28</sup> NEVES, Tancredo *apud* CARVALHO, José Maurício de. *As ideias filosóficas e políticas de Tancredo Neves*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994, p. 64.

<sup>29</sup> CARVALHO. *As ideias filosóficas e políticas de Tancredo Neves*, p. 69-70.

<sup>30</sup> RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 59.

variáveis, mas a que acomoda para salvar o essencial, defendendo a grande propriedade e a escravidão, não quer reformas sociais e econômicas.<sup>31</sup>

Como se vê, trata-se de uma conciliação entre os membros das elites. De fato, desde meados do século XIX, as elites brasileiras tendem a se conciliarem em prol de um objetivo comum: evitar reformas sociais e econômicas. As elites brasileiras geralmente aceitam apenas reformas jurídicas, políticas e eleitorais, mas nunca sociais e econômicas. A história do Brasil viu a sucessão de diversos regimes políticos, da monarquia à república democrática, passando por governos ditatoriais, bem como a sucessão de diversas Constituições. Mas nunca se viu aqui uma mudança profunda em nossa estrutura social e econômica, continuamos vivenciando a desigualdade social, fundada na concentração de renda por parte de uma minoria.

Tendo como objetivo evitar reformas mais profundas na sociedade brasileira, segundo José Honório Rodrigues, “As minorias dominantes no Brasil, para evitar as convulsões sangrentas, sempre prometeram reformas, especialmente nas crises, e quando o povo se continha e elas se tornavam senhoras da situação, descumpriam as promessas”.<sup>32</sup> As promessas de atendimento das demandas dos amplos setores da sociedade sempre foram uma estratégia de apaziguar o povo e manter o poder nas mãos de uma minoria. No que diz respeito a essa estratégia política de apaziguar as camadas populares, no intuito de concentrar o poder político nas mãos das elites políticas, o próprio Tancredo Neves

Sempre julgou ser a política a instância eficaz para a solução de problemas econômicos e sociais. Conseqüentemente, atribuía às elites políticas o papel de direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade. Nesse sentido, essas elites deveriam estar constantemente como que antecipando-se ao movimento de reivindicações e demandas dos diferentes grupos de interesses.<sup>33</sup>

Em outras palavras, apesar de defender a ideia de que as classes políticas deveriam estar atentas às demandas dos vários setores da sociedade, Tancredo Neves acreditava que o poder político deveria estar nas mãos das elites políticas, responsáveis pelo “direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade”. É nesse sentido que Tancredo defendia que os problemas econômicos e sociais do país deveriam ser resolvidos no campo da política institucionalizada, e não através de radicalismos nas ruas. A postura de Tancredo, deste modo, estava de acordo com a prática de conciliação entre as elites de nosso país, uma tradição na nossa história política,

---

<sup>31</sup> RODRIGUES. *Conciliação e Reforma no Brasil*, p. 60.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Conciliação e Reforma no Brasil*, p. 66.

<sup>33</sup> DELGADO; SILVA. *Tancredo Neves*, p. 38.

segundo José Honório Rodrigues, e na política mineira, se lembrarmos os apontamentos de Bernardo Mata-Machado e Maria Arminda do Nascimento Arruda.

No campo da política institucionalizada, o processo de redemocratização do Brasil iniciado em meados dos anos 1970 e desenvolvido na década seguinte foi realizado “por cima”, pelos grupos dirigentes.<sup>34</sup> As demandas populares não foram totalmente ouvidas, o regime mudou, mas o poder permaneceu nas mãos dos mesmos grupos sociais, políticos e econômicos. Tancredo Neves participou de todo esse processo de maneira moderada e conservadora. Não nos esqueçamos, Ulysses Guimarães foi o grande nome da oposição institucionalizada à Ditadura durante um bom tempo, foi apenas quando setores militares desistiram de dialogar com ele que o nome de Tancredo Neves surgiu como uma possibilidade de negociação entre os militares e a oposição. Se Tancredo prometia o advento de uma “Nova República”, com o combate às desigualdades sociais, não devemos nos esquecer que o político mineiro estava preocupado em realizar uma conciliação política que impedisse mudanças radicais e abruptas na estrutura da sociedade brasileira.

### A imagem positiva de Tancredo Neves

Como vimos, Tancredo Neves não foi o único a fazer oposição à Ditadura durante o período em que durou o regime. Ele sequer foi o principal líder da oposição institucionalizada desde o início – Ulysses Guimarães cumpriu um papel mais importante na oposição durante um tempo. Ademais, Tancredo era um político muito ligado a grupos moderados e conservadores, fiel à tradição “conciliadora” dos políticos mineiros. Mudanças rápidas e profundas na realidade brasileira dificilmente viriam por meio das ações do político mineiro caso ele tivesse de fato exercido o seu mandato de presidente da República àquela época.<sup>35</sup> E todavia, quando Tancredo

---

<sup>34</sup> É preciso não perder de vista que estamos nos referindo aqui especificamente ao campo da política institucionalizada, onde os grupos dirigentes realizaram a conciliação política e encaminharam “por cima” a redemocratização. Todavia, há que se salientar que a ação política não se realizava única e exclusivamente no campo institucional-partidário, pois nos anos 1980 a sociedade civil exerceu também o seu papel na luta pela redemocratização, como nas manifestações das *Diretas Já!*, onde as pessoas ocupavam as ruas para pedir o fim da Ditadura. Todavia, tendo em vista os limites e os objetivos do presente artigo, estamos concentrando as nossas reflexões na conciliação que possibilitou a transição “pactuada”, um processo que foi marcado por negociações no campo da política institucionalizada, onde Tancredo Neves atuou.

<sup>35</sup> Diga-se de passagem, nem todos confiavam nas promessas de Tancredo Neves de trazer mudanças para o Brasil. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, o PT – Partido dos Trabalhadores – desconfiava do caráter “conciliador” de Tancredo, bem como de sua “posição centrista” e de seu “conservadorismo pessoal”. Por ser um político que fez oposição moderada à Ditadura, Tancredo não era visto com bons olhos pelo PT, que o via muito próximo de certos integrantes do regime militar. A aliança com José Sarney, ex-presidente da Arena e do PDS (partido do regime militar) aumentou ainda mais a desconfiança em relação a Tancredo nos quadros do PT: “o PT

adoeceu e foi internado antes de tomar posse no cargo para o qual foi eleito, muitas pessoas entraram em desespero. Pessoas fizeram vigília em frente ao Hospital das Clínicas em São Paulo durante semanas. Após a morte de Tancredo, milhares acompanharam o cortejo do seu corpo nas ruas. A comoção por sua morte foi grande.

Mas se Tancredo teve uma trajetória mais ligada aos grupos dirigentes da sociedade brasileira, como podemos explicar a reação de parte considerável da população quando de sua doença e de sua morte em abril de 1985? Como entender a imagem positiva de Tancredo Neves que está na memória de muitas pessoas que se lembram dele como um bom político preocupado com as questões sociais e que “acabou com uma ditadura”, como muitos disseram durante as eleições presidenciais de 2014, nas quais os eleitores de Aécio Neves, neto de Tancredo, fizeram questão de lembrar a trajetória do avô do seu candidato?

Em nossa avaliação, a construção de uma imagem positiva de Tancredo Neves começou já quando o político mineiro foi internado em 1985. Todo o processo de doença e morte de Tancredo foi acompanhado pelos veículos de comunicação de maneira bastante intensa, em especial pela televisão. Segundo Arlindo Machado, existem as “cerimônias televisivas de exceção”<sup>36</sup> que interrompem a grade normal de programação. Como exemplo de tais cerimônias, Machado cita justamente os funerais de Tancredo Neves e afirma:

[...] esses rituais coletivos que a televisão transforma em “história instantânea” têm o poder de modelar a memória coletiva, assim como de integrar e reorganizar sociedades inteiras em torno de um mito ou de uma vontade coletiva. Transmissões desse gênero – afirmam [Daniel] Dayan e [Elihu] Katz – estão intimamente ligadas à história, não apenas no sentido de que elas custodiam a vontade coletiva, mas sobretudo no sentido de que a representação de eventos que ainda estão em processo de realização pode influir em seu desenvolvimento e em suas consequências. Nesse sentido, mais do que referir-se à história, elas muitas vezes *fazem* (ou pelo menos marcam) a história.<sup>37</sup>

A morte de Tancredo Neves já foi vista, quando do seu acontecimento, como um marco para a história do país, visto a importância que o político mineiro teve principalmente nas negociações daquela transição democrática pactuada. As reportagens televisivas a respeito da sua doença e da sua morte já começaram a elaborar uma dada memória em torno da figura de Tancredo e daquele momento da história do país. Citemos como um bom exemplo dessa

---

via na candidatura de Tancredo uma transição conservadora e pactuada com o autoritarismo”. Cf. SILVA. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 274.

<sup>36</sup> MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. 5. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2009, p. 139.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *A televisão levada a sério*, p. 139-140.

cobertura televisiva o especial *O Martírio do Dr. Tancredo*, do *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão, que foi assim analisado por Douglas Attila Marcelino:

Numa primeira parte de *O martírio do Dr. Tancredo* foi exibida uma retrospectiva dos fatos considerados mais importantes dentro do período que se estendeu da noite de 14 de março, véspera da data prevista para a festa da posse, até a morte de Tancredo Neves, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo. Na segunda parte, vários pronunciamentos de autoridades, depoimentos e homenagens à figura de Tancredo seriam exibidos. Em ambos, salta aos olhos a exaltação e a heroicização da sua figura. Não somente supostos traços positivos da personalidade do presidente eram recorrentemente destacados, como sua trajetória política era projetada de forma teleológica, sob a ótica da predestinação do salvador da nação brasileira [...] mencionava-se uma grande soma de termos médicos (diverticulite, apendicite, leiomioma etc.), muitos dos quais tinham passado a fazer parte da rotina dos brasileiros no período logo seguinte à sua internação, na véspera da data prevista para a posse. [...] a exploração religiosa do episódio acompanhou o programa em diversos momentos e marcou os meios jornalísticos durante todo aquele período da internação e da morte do presidente. [...] Assim, obtinha continuidade o processo de santificação de Tancredo Neves, que certamente perpassou também as reportagens feitas por diversos outros meios jornalísticos no período. [...] Já a religiosidade do presidente constituía-se como um outro elemento importante na construção da sua imagem santificada. Na narração de sua visita ao Vaticano, por exemplo, o jornalista Celso Freitas mencionava que aquele era também “o encontro com a fé mais profunda do presidente, a fé católica”. [...] Exibindo em seguida imagens de pessoas comuns rezando e se desesperando dentro e fora de igrejas brasileiras, o programa colocava em pauta essa que foi de fato uma questão que perpassou os noticiários do período, qual seja, a da espera por um milagre. [...] A exploração das manifestações de religiosidade da população brasileira foi, sem dúvida, um dos elementos mais frequentes e comoventes de todo o programa da Rede Globo de Televisão. Imagens como as de pessoas chorando e rezando pelas ruas, das missas e orações dentro de igrejas, dos rostos de cidadãos comuns, vestindo roupas simples e com semblante de preocupação frente a imagens de santos, foram correntes durante todo o telejornal. Acompanhando as mesmas, a narração do apresentador não deixava espaço para qualquer sentimento distinto, haja vista a onipresente afirmação de que “todos os brasileiros”, “todo o país”, “todo mundo” rezava e sofria por Tancredo Neves. [...] para além da exibição das imagens mencionadas, de populares orando e rogando pela saúde do presidente, o programa acentuava também o caráter plural das práticas religiosas mobilizadas, algo que não se choca com o forte conteúdo católico que perpassou o telejornal como um todo. Projetava-se, na verdade, a imagem de um país cujas diversas religiões se uniram para rezar pelo presidente, fomentando-se não somente a ideia de uma unidade indivisa de apoio a Tancredo, mas a imagem de uma nação não permeada por quaisquer conflitos religiosos. Partindo apenas do programa, nesse sentido, é possível acreditar que uma espécie de “ecumenismo natural” marcaria o povo brasileiro, algo que complementaria a visão mais geral de uma população fraterna e sem contradições<sup>38</sup>.

<sup>38</sup> MARCELINO, Douglas Attila. A morte de Tancredo Neves pela TV: algumas reflexões sobre rituais, memória e identidade nacional. *Revista Mosaico*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, não paginado, mar. 2009. Disponível em:

A partir dessa análise de Marcelino, temos que o especial do *Jornal Nacional* procurou deixar registrada a ideia de uma união nacional em torno de Tancredo Neves, bem como a noção de que aqueles momentos decisivos da redemocratização se davam em um clima de fraternidade, sem contradições no seio da sociedade brasileira. O referido programa buscou, deste modo, já naquele momento, fixar uma dada memória da transição e também da figura de Tancredo como o herói da redemocratização.

Tom parecido a esse do *Jornal Nacional* foi o do programa *Globo Repórter*, também da TV Globo, exibido no dia 18 de abril de 1985. Cássia R. Louro Palha analisou esse programa em sua tese de doutorado intitulada *O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)*. A autora chamou a atenção para as imagens das pessoas rezando pelo estado de saúde de Tancredo Neves, a narração que destacava a “idolatria” do povo para com Tancredo e os sacrifícios de populares que deixavam os afazeres de suas vidas particulares para acompanhar de perto o estado de saúde do presidente eleito.<sup>39</sup>

Ao analisar a cobertura do *Jornal Nacional* da TV Globo sobre aqueles episódios, a pesquisadora Marialva Barbosa fez a seguinte observação:

A tranquilidade do leito é substituída pelas imagens do público, onde excesso é a palavra de ordem. O morto cerimonial é expiado em atos celebratórios e dramáticos. O choro da multidão é convulsivo, as cenas de desespero se sucedem. Acentua-se o caráter dramático do momento comunhão.<sup>40</sup>

As pessoas apareciam em reportagens televisivas bastante desesperadas, muitas vezes chorando por causa do estado de saúde de Tancredo Neves, e, posteriormente, por causa da sua morte. Era como se Tancredo fosse alguém da própria família de cada um. A cobertura televisiva foi realizada ao longo de algumas semanas, entre o início da doença e o falecimento do político mineiro. Dessa forma, pensamos que sobretudo o telejornalismo contribuiu para que todo um clima fosse gerado no seio de boa parte da população brasileira, de modo que, quando Tancredo Neves finalmente faleceu após vários dias de agonia, mesmo ele não tendo tido uma trajetória

---

<<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/morte-de-tancredo-neves-pela-tv-algumas-reflexões-sobre-rituais-memória-e-identidade-nacional>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

<sup>39</sup> Cf. PALHA, Cássia R. Louro. *O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)*. 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, f. 225-228.

<sup>40</sup> BARBOSA, Marialva. O dia em que o Brasil parou: a morte de Tancredo Neves como cerimônia midiática. *Portcom – Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação*, São Paulo, não paginado, [S.d]. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2285202163192164778341914740123014357.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

política muito ligada aos grupos populares da sociedade, a reação de muitas pessoas acabou sendo a intensa comoção e o desespero.<sup>41</sup>

Naquele ano de 1985, em meio a tantos problemas econômicos, muitas eram as desconfiças em relação ao futuro do país. Se nos anos anteriores o Brasil havia passado por um processo de modernização, com a urbanização e a industrialização, a dura realidade imposta pela década de 1980, com a inflação, o desemprego, a violência urbana crescente etc., fazia surgir “dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna”, sendo que o pessimismo ganhava cada vez mais intensidade.<sup>42</sup> Em tal cenário, o fato de Tancredo Neves ter sido o primeiro civil eleito após mais de duas décadas de Ditadura significou para muitos uma possibilidade de mudança em uma época marcada por tantas dificuldades.

Mas as lágrimas e o sofrimento da população por conta da doença e da morte de Tancredo Neves também podem ser entendidas à luz da própria cultura política brasileira, onde o poder dos governantes quase sempre é marcado pelo personalismo. Ao refletir sobre o desenvolvimento das sociedades capitalistas, Sérgio Buarque de Holanda observou que, de modo geral, nessas sociedades há uma oposição entre a figura do Estado (geral, impessoal e abstrato) e a figura da Família (particular, pessoal e concreta), havendo uma tendência ao predomínio do Estado. Todavia, ao voltar-se para o desenvolvimento do processo histórico brasileiro, Holanda percebeu que o Brasil não conseguiu “apagar” o modelo da Família, as nossas relações sociais e políticas continuaram marcadas por “laços de afeto e de sangue”.<sup>43</sup>

Segundo Holanda, no Brasil tudo passa pelo coração, ou seja, pelo sentimento, pela emoção. Ao contrário de outras sociedades, a razão não tem muito espaço nas nossas relações sociais e políticas. Esse primado do sentimento, em detrimento da razão, decorre do nosso processo histórico:

---

<sup>41</sup> Cabe salientar que a cobertura televisiva da época não se limitou a fazer um apelo à comoção popular, mas também trabalhou no sentido de elaborar um mito em torno da figura de Tancredo Neves. Por ser mineiro, a figura do político foi associada à de Tiradentes, o famoso personagem e herói da Inconfidência Mineira. Desta maneira, a cobertura midiática da época contribuiu para colocar Tancredo Neves em um lugar muito específico na memória coletiva em torno da abertura política, a saber, o do herói da redemocratização que deu a vida em nome de uma causa justa: o fim da Ditadura. Para uma discussão mais aprofundada a respeito da mitificação de Tancredo na televisão, ver: PALHA, Cássia Rita Louro. *Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 217-234, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a12v31n62.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015. Para um conjunto de reflexões mais abrangentes a respeito da trajetória de Tancredo Neves, da conjuntura da abertura política durante os anos 1980 e do olhar dos meios de comunicação sobre aquele momento da história do Brasil, ver: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir (Orgs.). *Tancredo Neves – A travessia midiática*. Florianópolis: Insular, 2011.

<sup>42</sup> MELLO; NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 560.

<sup>43</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 103.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.<sup>44</sup>

O desenvolvimento histórico brasileiro contrapôs, assim, as relações “racionais” e impessoais, próprias do meio urbano, às relações sentimentais e pessoais, próprias do tradicional meio rural. O “desequilíbrio social” de nossa sociedade, ou seja, a nossa dificuldade em separar o público do privado, é oriundo da nossa impossibilidade de acabar com o patriarcalismo e com o personalismo, presentes em nossa sociedade desde os tempos de colônia. O “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda é, desse modo, o homem brasileiro, incapaz de ser inteiramente formal e ritualístico nas suas relações sociais. O brasileiro deseja quase sempre um “convívio mais familiar”<sup>45</sup> com as pessoas, especialmente com os socialmente superiores, procura muitas vezes estabelecer uma maior intimidade com o outro.

Segundo Ângela de Castro Gomes, essa incapacidade de separar o público do privado já foi percebida pelo pensamento social brasileiro desde o início do século XX. A autora afirma que há uma “tradição dicotômica de pensar o país” que opõe o “Brasil real” (sociedade patriarcal, clientelista, familista e oligárquica) e o “Brasil legal”, ou “artificial”, (sociedade urbano-industrial marcada pelo poder impessoal e racional do Estado e de uma burocracia técnica). Posto isso, a autora salienta que tal característica da cultura política brasileira foi vista como um sinal de atraso ao longo de nossa história. Ao citar como exemplo a tentativa de centralização do poder por parte de Getúlio Vargas nos anos 1930, a autora aborda como houve na nossa história um desejo de “modernizar” o país, ou seja, fortalecer o poder central do Estado (relações impessoais/racionais) em detrimento das oligarquias (relações pessoais/sentimentais) regionais.<sup>46</sup>

Ademais, como Angela de Castro Gomes observa, a chamada Era Vargas deixou um legado para a política brasileira que é o chamado “sistema presidencial plebiscitário” existente no Brasil, caracterizado pelo excesso no reconhecimento de que “há uma certa mística e personalização da função” de presidente da república. Neste modelo, “a figura pessoal do presidente torna-se o centro de fixação e simbolização de todo o poder da República, advogando e recebendo maior legitimidade popular que os outros dois poderes, e até mesmo investindo

---

<sup>44</sup> HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 105.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*, p. 108.

<sup>46</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS; SCHWARCZ. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras. 1998, p. 489-558. v. 4.

‘contra’ eles”<sup>47</sup>. Assim, no imaginário político brasileiro a figura do Executivo aparece com mais destaque e até mesmo legitimidade que as do Legislativo e do Judiciário, o poder de nossos presidentes tem altas doses de personalismo.

Em nossa avaliação, toda a comoção gerada pela doença e pela morte de Tancredo Neves está relacionada a esse aspecto de nossa cultura política, para além do grande desejo de mudanças na estrutura social e econômica do país naquele momento. Com a Ditadura em declínio, o telejornalismo também fez sua parte para elaborar uma imagem positiva de Tancredo Neves, salientando a sua religiosidade, o seu talento para a política e sua preocupação com a justiça social. A própria data da morte de Tancredo contribuiria para a sua “santificação”: 21 de abril. O político nascido em Minas Gerais, a terra da Inconfidência Mineira, veio a óbito em pleno Dia de Tiradentes.<sup>48</sup> Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda:

[...] os fatos acontecidos durante a doença de Tancredo Neves assemelham-se aos passos do calvário e, não casualmente, a figura de Tiradentes foi lembrada a todo momento. O desenlace daqueles dias de aflição deu-se no mesmo dia da morte do Inconfidente, conferindo forte carga simbólica ao evento e realimentando o imaginário tecido em torno da figura de um redentor.<sup>49</sup>

A imagem positiva de Tancredo acabaria sendo associada à figura do herói nacional Tiradentes e a tudo o que ela representava no imaginário republicano, em especial a ideia de liberdade, ideia essa que era tão cara naquele momento de transição da Ditadura para o Estado democrático de direito. A associação com Tiradentes ressaltava ainda a mineiridade de Tancredo Neves, salientando os traços positivos do político mineiro. A sua morte estimulou a imaginação de muitos: como seria o seu governo caso Tancredo não tivesse morrido? Restariam, enfim, apenas especulações.

Todavia, como nós historiadores sabemos bem: o “e se...” não existe na História. A “Nova República” começou sem a presença física de Tancredo, embora a sua imagem continuasse presente na memória das pessoas.

## Considerações Finais

---

<sup>47</sup> GOMES. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*, p. 533.

<sup>48</sup> Cabe lembrar que Tiradentes é talvez o grande herói republicano do Brasil. Sobre a transformação de Tiradentes em mártir da República, ver: BALLAROTTI, Carlos Roberto. A construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 3, p. 201-225, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1946/2194>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

<sup>49</sup> ARRUDA. *Mitologia da Mineiridade*, p. 225-226.

Tomar a trajetória do político mineiro Tancredo Neves como objeto de estudo é um exercício intelectual que nos permite pensar acerca de uma série de temas que dizem respeito à história do Brasil (com destaque para o período da transição da Ditadura para o Estado democrático de direito) e à nossa cultura política (a conciliação, a mineiridade). Se há uma memória sobre Tancredo que valoriza os aspectos positivos desse personagem, um exame mais detalhado do processo de redemocratização do país e do ideário político de Tancredo nos mostra que a imagem positiva deste sujeito não é capaz de nos mostrar toda a complexidade que marcou o período final da Ditadura Militar brasileira.

Tancredo não foi o único a lutar contra o regime dos militares, ele nem mesmo foi o mais importante opositor da Ditadura desde sempre. Não podemos nos esquecer que muitos foram os sujeitos que lutaram contra a Ditadura durante os mais de 20 anos de duração do regime. Será preciso lembrar a importante atuação de estudantes, trabalhadores rurais, artistas, intelectuais e políticos de esquerda que enfrentaram o regime, sendo que alguns até deram a própria vida nesse combate, por meio da luta armada? O são-joanense apenas veio para o primeiro plano da política nacional no final de sua vida. Em outras palavras, a Ditadura não acabou por causa de apenas um homem, mas por causa de diversos fatores que colaboraram para a mudança do regime político do nosso país, tais como os problemas econômicos e o cenário mais amplo da América Latina, que também passava por um processo em que governos ditatoriais estavam caindo.

Tancredo foi um dos articuladores de uma transição política pactuada “por cima”, entre os grupos dirigentes da sociedade brasileira que estavam interessados em restabelecer as liberdades individuais e em manter o poder político e econômico em suas mãos. Mas não nos esqueçamos que a luta pelo fim da Ditadura não ocorreu apenas no campo da política institucionalizada, onde Tancredo atuava, mas também nas ruas. Ademais, o ideário político de Tancredo era basicamente de tipo moderado e conservador. Um eventual mandato seu dificilmente significaria um período de transformações muito amplas na estrutura social, econômica e política do país, afinal, o papel desempenhado por Tancredo na redemocratização foi o de um político que trabalhou para que não houvesse qualquer tipo de radicalismo na abertura política. Inserido no campo da política, Tancredo tinha também os seus interesses e as suas convicções. A sua imagem “santificada” foi construída com a colaboração da cobertura televisiva à época de sua enfermidade e de sua morte. O modo como o político apareceu no telejornalismo do período não deve ser ignorado quando se analisa a forma como Tancredo aparece na memória de muitas pessoas.

Levar todas essas questões em consideração quando do estudo da trajetória de Tancredo é importantíssimo se quisermos fazer uma análise que rompa com os limites da memória coletiva e do senso comum a respeito do político mineiro. Não se trata de transformar o “herói” Tancredo Neves em um “vilão” da História, mas de tentar pensar a recente história brasileira de maneira mais complexa e de entender o personagem Tancredo Neves como alguém inserido em uma cultura política muito específica e que, assim como qualquer outra pessoa, também tinha os seus anseios, os seus interesses e suas expectativas quanto ao futuro do país.

Hoje, mais de 30 anos depois do fim da Ditadura, refletir sobre Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil é uma tarefa necessária, afinal, em meio aos inúmeros problemas vividos pela população brasileira na atualidade, precisamos pensar seriamente sobre o tipo de democracia que temos construído desde os anos 1980.